

A arte de civilizar-se por meio dos livros de leitura: um estudo das séries graduadas da escola primária paulista (1890- 1904)

Claudia Panizzolo

Resumo

O presente artigo tem por objetivo investigar as operações de civilidade impressas e impostas nos livros de leitura produzidos para três Séries Graduadas, bem como os processos de formação do *habitus* social pela leitura. Para tal intento, toma como fonte as Séries Graduadas, de autoria de eminentes professores, como Felisberto de Carvalho, Romão Puiggari, Arnaldo de Oliveira Barreto e João Köpke. As três Séries que alcançaram circulação expressiva nas escolas paulistas entre o final do século XIX e o início do século XX. Com base no *corpus* conceitual constituído por Norbert Elias é que os procedimentos, os instrumentos, as fontes e as direções de análise foram definidas, uma vez que interessa examinar práticas e processos de modelação dos sujeitos crianças que viviam o tempo social da infância, pelos quais se constituem como configurações mentais ou psíquicas, e nos quais cognição, sentimento, atitude, comportamento, valor, não são passíveis de abstração.

Palavras-chave: Livros de leitura. Escola primária paulista. Civilidade. Crianças.

Claudia Panizzolo

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

E-mail: claudiapanizzolo@uol.com.br

 <http://orcid.org/0000-0003-3693-0165>

Recebido em: 20/11/2017

Aprovado em: 29/11/2018



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e54124>

Abstract

The art of civilizing oneself through reading books: a study of the graduated series of the primary school in the city of São Paulo (1890-1904)

This article aims to investigate how civility operations printed and imposed in the reading books produced for three Graduated Series, as well as processes of formation of social *habitus* through reading. For this purpose, the Graduated Series written by prominent professors are used as sources, three Graduated Series written by Felisberto de Carvalho, one by Romão Puiggari, in co-authorship with Arnaldo de Oliveira Barreto and another written by João Köpke. These three Graduated Series have reached expressive circulation in the schools of São Paulo between the end of 19th century and early 20th century. Procedures, instruments, sources and analysis were defined based on the conceptual *corpus* constructed by Norbert Elias, since it aims to exam practices and processes of modulation of the subject children who lived in the social time of childhood and through which constitute themselves as mental or psychic configuration in which cognition, feeling, attitude, behavior, value , are not subject to abstraction.

Keywords:

Reading books;
Primary school
in São Paulo;
Civility;
Children.

Resumen

El arte de civilizarse por medio de los libros de lectura: un estudio de las series graduadas de la escuela primaria paulista (1890-1904)

El presente artículo tiene por objetivo investigar las operaciones de civilidad impresas e impuestas en los libros de lectura producidos para tres Series Graduadas, así como los procesos de formación del *habitus* social por la lectura. Para tal intento toma como fuente las Series Graduadas de autoría de eminentes profesores, la de Felisberto de Carvalho, la de Romão Puiggari en coautoría con Arnaldo de Oliveira Barreto y la de João Köpke, tres Series que alcanzaron circulación expresiva en las escuelas paulistas entre el final del siglo XIX y el inicio del siglo XX. Con base en el *corpus* conceptual constituido por Norbert Elias es que los procedimientos, los instrumentos, las fuentes y las direcciones de análisis fueron definidas, ya que interesa examinar prácticas y procesos de modelación de los sujetos niños que vivían el tiempo social de la niñez, por los cuales se constituyen como configuraciones mentales o psíquicas, y en los cuales cognición, sentimiento, actitud, comportamiento, valor, no son pasibles de abstracción.

Palabras clave:

Libros de
lectura; Escuela
primaria
paulista;
Civildad;
Niños

Introdução

Também Robinson Crusoe traz a marca de uma sociedade específica, de uma nação e uma classe específicas. Isolado em sua ilha de todas as relações que tinha com elas, ele se conduz, deseja e faz planos segundo os padrões delas, e assim exhibe comportamentos, desejos e projetos diferentes do de Sexta-Feira, por mais que os dois se adaptem um ao outro em virtude de uma nova situação. (ELIAS, 1994a, p. 31).

A epígrafe acima comporta questões propostas por Norbert Elias (1994a), no livro *O processo civilizador*, como, por exemplo, em que consiste o processo civilizador ocidental? Quais foram suas causas e forças motivadoras? O próprio autor, ao longo da obra, esclarece que o processo civilizador do ocidente consiste no modo pelo qual se estrutura uma rede de proibições e censuras que pouco a pouco transforma as emoções individuais e a vida coletiva.

A civilização pode ter regras fixas, mas suas rotas não são predeterminadas, ao contrário, definem-se pelo aprendizado e pela assimilação, que se dão nem sempre de modo consciente ou voluntário, como afirma o autor:

Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional [...] a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais. (ELIAS, 1994b, p. 23).

Com vistas a evidenciar as intenções, as forças em jogo e os efeitos do processo civilizador tomam como fonte de trabalho os manuais de civilidade e os tratados de etiqueta, livros que prescreviam os modos de comer, de fazer a higiene do corpo, indicando, inclusive, a leitura de bons livros e o uso adequado das palavras.

A partir das fontes estudadas, Elias (1994b) afirma que as disposições íntimas que orientam a ação dos indivíduos não são inatas e nem frutos de uma total liberdade de escolha, mas, sim, expressão de uma evolução que atravessa muitos séculos, sendo o processo civilizatório um movimento contínuo, sem ponto de partida, estando irremediavelmente entrelaçados o psiquismo individual e a constituição das instâncias políticas:

Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições uma civilização, portanto, uma auto-regulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões, ou o desvio desses impulsos de seus fins primários para fins secundários, e eventualmente também sua reconfiguração sublimada. (ELIAS, 2006, p. 21).

A teoria do processo civilizador indica para o desenvolvimento conjunto do aparelho psíquico e das cadeias de relações constituídas pelos indivíduos na sociedade, portanto, os modelos no processo civilizatório só podem ser assumidos dentro das dinâmicas concretas de cada tempo histórico.

Chartier (2004) colabora para que se compreenda que a civilização também se deu por um processo de produção simbólica, por meio da edição e circulação de livros, que favoreceu por meio da leitura que se pusesse em ação um conjunto de disposições voltadas à imitação e ao aprendizado a partir de uma matriz societária. Tais leituras, cuja finalidade é disciplinar as condutas, a civilidade e ensinar os saberes elementares de ler, contar e escrever, teve seu suporte material em textos e livros.

Pode-se considerar como texto matriz da civilidade o tratado *De Civilitate morum puerilium* (*A civilidade em crianças* ou *A civilidade pueril*) de Erasmo de Rotterdam, publicado em latim e difundido pelas cortes europeias a partir de 1530. Essa obra difundiu a prescrição de modos de conduta, definindo os parâmetros do que seria uma boa educação para as crianças. De acordo com Revel (1999), *A Civilidade pueril* não seria uma obra original. Erasmo teria dado continuidade a uma antiga tradição, compósita e fartamente partilhada, baseada numa vasta e diversificada literatura clássica, composta por tratados “[...] que vão de Aristóteles a Cícero, de Plutarco a Quintiliano. Conhece também, pelo menos em parte, a abundante produção medieval que, sobretudo depois do século XII, incumbiu-se de regulamentar os comportamentos” (REVEL, 1999, p. 171). Erasmo, ao que parece se inspirou em textos de origem e natureza bastante distintas, como instrução monástica, livros sobre Direito, Teologia, Filosofia, História Natural denominados na Idade Média como “espelhos”, além de provérbios, máximas e fábulas.

No entanto, embora não tenha sido original, Revel (1999) apresenta a obra de Erasmo como sendo inovadora por três motivos. O primeiro porque, enquanto os textos anteriores eram destinados a jovens e adultos indistintamente, esse se dirigia especificamente às crianças. O segundo motivo é que o livro de Erasmo se destina a todas as crianças e não somente aos jovens de elite. E, por fim, a obra de Erasmo tem pretensão de ensinar a todos um código válido, e não mais como era usual, somente a um grupo específico.

Em 1534, quatro anos após sua primeira edição, *A Civilidade pueril* escrito em latim era adotado como livro texto para a educação dos meninos. Até 1536, mais de 30 reedições e, nos anos subsequentes, foi traduzido para o alemão, o tcheco e o francês. Bastante interessante é a interpretação dada por Elias, para quem a obra além da autoria de Erasmo era

também um trabalho coletivo, ou seja, respondia aos anseios e necessidades de sua época. A esse respeito, Revel (1999, p. 175) afirma:

Segundo Elias, os indícios da era moderna constituem um momento de labilidade e incertezas entre duas fases de glaciação social. Rompeu-se a unidade católica, e as hierarquias rígidas da Idade Média sofreram falhas profundas, em especial com o questionamento da sociedade cortês e cavaleiresca; e a ordem absolutista ainda não se instaurara. É a época de um reposicionamento social e cultural e de uma complexidade mais acentuada das relações entre grupos mais diversificados. Essas sociedades em plena transformação precisavam de uma linguagem comum e de novos pontos de referência, já que as relações provisoriamente se tornam mais livres e densas. Em seu projeto, tanto ou mais que nos ensinamentos que propõe, o tratado de Erasmo vem ao encontro dessa expectativa e lhe confere uma forma.

Ao tomar *A Civilidade pueril* como fonte, Elias (1994b) afirma que para Erasmo as regras de civilidade deveriam ir além da vida social, agindo no íntimo de seus leitores e, conseqüentemente, alterando a alma. Por meio de exemplos, como o mostrado a seguir, Elias (1994b) analisa a obra de Erasmo, demonstrando como os padrões de vergonha que estruturam a nossa personalidade são, na verdade, funções sociais modeladas pelas estruturas sociais:

Se um guardanapo é fornecido, ponha-o sobre o ombro esquerdo ou no braço. Se está sentado com pessoas de categoria, tire o chapéu e cuide para que o cabelo esteja bem penteado. Seu cálice e faca, devidamente limpos, devem ficar à direita, o pão à esquerda. Algumas pessoas levam as mãos ao prato de servir logo que se sentam. Lobos fazem isso... Não seja o primeiro a tocar o prato que foi trazido, não só porque isto demonstra gula, mas também porque é perigoso. Isto porque alguém que põe, sem saber, alguma coisa quente na boca tem ou de cuspi-la ou, se a engolir, vai queimar a garganta. Em ambos os casos, ele se torna tão ridículo como digno de pena. É uma boa coisa esperar um pouco antes de comer, de modo a que o menino se acostume a controlar suas inclinações. (ELIAS, 1994b, p. 100).

O trabalho de Norbert Elias abre caminhos para que se compreenda a formação do indivíduo e suas apropriações dos objetos de cultura, como os modos de ler e as relações com os livros, bem como a análise sobre os efeitos produzidos pelos bens simbólicos no espaço social e dos processos de interiorização dos constrangimentos que permitem o aprendizado da vida em grupo.

Tal como os manuais de civilidade, os livros de leitura podem ser tomados como utensílios culturais que estabelecem elos e vínculos entre as estruturas mentais e as figurações sociais ou, no dizer de Elias (1994b), entre a psicogênese e a sociogênese.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo investigar as operações de civilidade impressas e impostas nos livros de leitura produzidos para três Séries Graduadas, bem como os processos de formação do *habitus* social pela leitura. Para tal intento, toma como fonte as Séries Graduadas de autoria de três eminentes professores: João Köpke (1911, 1914, 1928, 1931, 1950, 1921), Felisberto de Carvalho (1946a, 1946b, 1946c, 1946d, 1897) e Romão

Puiggari, em coautoria com Arnaldo de Oliveira Barreto (1931, 1934, 1909, 1919), que alcançaram circulação expressiva nas escolas primárias paulistas entre o final do século XIX e o início do século XX.

Seguindo as advertências de Elias (2001, p. 148), pretende-se investigar as artes da civilidade difundidas nesses livros de leitura de grande circulação, por meio da análise do modo como a civilidade se faz presente no *corpus* dos livros brasileiros, trazendo para a vida cotidiana das crianças as virtudes morais e a aprendizagem de normas de condutas, de forma a buscar “argumentos pró ou contra um ou contra outro lado”, aproximando, assim, o vigor da teoria à dinâmica presente na sociedade, no caso, a sociedade brasileira.

Civilizado é, para Elias (1994b), o indivíduo cujo comportamento foi transformado, moldado, condicionado para adquirir novos hábitos, novos comportamentos, que nele se impregnam como *segunda natureza*. *Civilização* é, então, o longo processo de transformação do comportamento do homem ocidental. Diz o autor que “o que estamos procurando – isto é, o padrão de hábitos e comportamentos a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo” (ELIAS, 1994b, p. 95).

É com base no *corpus* conceitual constituído por Norbert Elias que os procedimentos, os instrumentos, as fontes e as direções de análise foram definidas, uma vez que interessa examinar práticas e processos de modelação dos sujeitos crianças que viviam o tempo social da infância, pelos quais se constituem como configurações mentais ou psíquicas, e nos quais cognição, sentimento, atitude, comportamento e valor não são passíveis de abstração.

O nascimento das Séries Graduadas de Leitura e a escola primária paulista

A partir das três últimas décadas do século XIX, um caldo de cultura rebelde ao Império (PANIZZOLO, 2006; WARDE, 2003) se intensifica a partir do polo irradiador da Academia de Direito de São Paulo, e a educação, que se configurava como sendo um território ocupado pelo centralismo imperial e pelos poderes da Igreja Católica, converte-se em campo de fortes disputas ideológicas e lutas pela hegemonia entre os diversos grupos que almejavam a consolidação de seu poder.

Com a Proclamação da República, a escola passa a ser no imaginário republicano, “o emblema da instauração da nova ordem” (CARVALHO, 2003, p. 23), ao mesmo tempo em que atende à opção política dos cafeicultores paulistas pela imigração, que possibilitaria a formação de uma sociedade branca, bastante estratificada com direitos e deveres diferenciados de acordo com a posição no mundo do trabalho. Segundo Carvalho (2003), o afã pedagógico dos republicanos pode ser interpretado como uma alegoria da política

imigratória, à medida que a escola seria reconstruída para demarcar dois mundos diversos – o dos cidadãos e dos sub-homens – funcionando como um dispositivo de reprodução da dominação e desigualdades sociais.

Tão logo a República é proclamada, os republicanos paulistas, agora no poder, investem na organização de um sistema de ensino modelar, em duplo sentido: na lógica inerente à sua institucionalização e na força exemplar que adquiriu no que se refere à remodelação escolar de outros estados.

Na lógica que entrelaça a institucionalização do modelo escolar paulista, a pedagogia moderna é compreendida como arte de ensinar, instaurando, portanto, o primado da visibilidade pela prática da observação. A *Escola Modelo, anexa à Escola Normal*, constitui-se como a instituição nuclear apta a propagar métodos de ensino e práticas de organização da vida escolar. Dessa estratégia republicana resulta o modelo paulista, que é “exportado” para os demais estados da federação: classes homogêneas e agrupadas em um mesmo prédio, sob a mesma direção; ensino seriado; adoção dos processos de ensino intuitivo, bem como de um *corpus* de saberes e de instrumentos metodológicos aptos a implementar e viabilizar a escola para as massas, através do atendimento às classes numerosas, pelo ensino simultâneo.

No entanto, é preciso configurar o campo doutrinário dessa pedagogia que se fez signo do progresso. De fato, é preciso redesenhar e recriar todo o sistema de ensino público paulista, através da realização de uma escola para atender às diversas camadas sociais e que defina a pedagogia a ser praticada. Nesse sentido, além de leis, decretos e regulamentos definidores de políticas a serem adotadas e de estratégias institucionais a serem implementadas, os republicanos paulistas necessitam configurar, consolidar e divulgar o seu modelo escolar por meio de conferências, artigos e livros didáticos, todos dirigidos aos professores com intenção de prescrever o que e como ensinar.

Nos últimos 30 anos do século XIX, floresceu também o debate e as reivindicações pela ampliação da rede de ensino¹, bem como pela melhoria das condições ofertadas e a criação das Séries graduadas de leitura. Nesse momento, são publicadas em São Paulo as Séries graduadas de leitura.

O nascimento dessas publicações implica questionar porque esse tipo de material foi pensado, produzido e posto em circulação, buscando considerar as relações entre as formas de pensamento e a estrutura de sociedade (ELIAS, 1994a, 1994b). O crescimento da rede de ensino pública primária teria sido o mais importante estímulo para que educadores brasileiros se dedicassem à escrita de livros de leitura e livros didáticos para o uso dos professores e proferissem conferências, divulgando seus ideais político-pedagógicos. Outro motivo para atender ao novo modelo de organização didático-pedagógico da escola primária, que

lentamente se conformava, através do uso do método simultâneo, pela organização dos conteúdos em diversos níveis e, principalmente, pela formação de classes mais homogêneas e seriadas (SOUZA, 1998; OLIVEIRA; SOUZA, 2002; OLIVEIRA, 2004; PANIZZOLO, 2006).

Nas últimas décadas do século XIX, ocorreu ainda mais um motivo: a intensificação e a consolidação do processo de ensino da leitura, marcado pela dualidade de orientações religiosas católicas e seculares liberais nos textos escolares infantis, bem como discussões abalizadas por novos elementos estruturais que procuravam afastar a leitura escolar de procedimentos rotineiros, baseados no senso comum, para aproximá-la de novas atitudes e comportamentos caracteristicamente baseados no método científico.

A criação das Séries Graduadas como mercadoria, deve ser pensada ainda como uma estratégia editorial, posta em ação para criar e ampliar um determinado público leitor. Desse modo, a produção em grande escala “[...] propiciaria o barateamento dos custos de cada livro produzido, aglutinando-se de vários assuntos e autores, e padronizando-se a forma de apresentação das obras” (OLIVEIRA, 2004, p. 48). E à medida que o processo editorial cria adequações que vão se fazendo necessárias, acaba, conseqüentemente, criando um leitor específico para cada tipo de leitura.

Tendo como público-alvo os alunos do ensino primário e secundário, as Séries Graduadas de leitura vão pouco a pouco sendo disseminadas e popularizadas. Apresentam como característica um conjunto de livros de leitura, organizados numa escala de dificuldades e profundidade de conteúdos e saberes considerados necessários para as escolas graduadas, conservando cada Série, a mesma autoria e adotando como critério a continuidade, a coerência e o aprofundamento entre as lições, os temas e os livros (OLIVEIRA, SOUZA, 2000; OLIVEIRA, 2004; PANIZZOLO, 2006, 2013; BELO, PANIZZOLO, 2014, 2015; PANIZZOLO, ABREU, 2012). As Séries Graduadas de leitura ocuparam um lugar importante na construção de um saber escolar específico, conforme afirma Oliveira (2004, p. 54):

Os autores, ao redigirem seus livros, transformavam o conhecimento erudito e científico em conhecimento escolar a partir de normas oficiais estabelecidas que propiciassem a criação de um estilo de exposição assimilável por um público heterogêneo. Partindo de um conjunto de conhecimentos prescritos pelo poder, esses autores organizaram e estabeleceram dentro de uma pretensa lógica interna e sensata o que deveria ser ensinado nas escolas de primeiras letras (p. 54)

A cada ano, geralmente, utilizava-se um livro de leitura da Série Graduada e, para cada aula, uma determinada lição, que além de fornecer os conhecimentos considerados necessários, incentivava a leitura, transmitia valores, definia normas de conduta e auxiliava, ou definia o trabalho dos professores.

Com relação às três Séries investigadas, busca-se compreender: como são estruturadas a Série Graduada de leitura de João Köpke, de Felisberto de Carvalho e de Puiggari-Barreto? Como se dá a organização dos livros de leitura que compõem a Série? Qual modelo de livro de leitura se faz presente em cada um dos livros da Série? Quais as similitudes e diferenças entre as três Séries em tela?

As Séries Graduas e os diferentes modelos de leitura em disputa: formar e instruir os cidadãos republicanos

Dentre as Séries mais adotadas nas escolas paulistas, encontra-se a de autoria de Köpke. O autor bacharelou-se em Direito pela Academia do Largo de São Francisco em 1875, mas dedicou a maior parte da sua vida ao ensino, uma vez que foi por mais tempo professor, diretor e autor de material didático do que advogado². Envolveu-se com a causa republicana e educacional, tendo sua atuação marcada pela inquietação criadora e renovadora tanto quanto pela coerência de princípios e pelo pioneirismo na divulgação de suas ideias modernas e práticas (PANIZZOLO, 2006). Foi uma figura-chave para a realização da educação inovadora vivida e difundida em São Paulo durante a transição do Império para a República. Teve ao longo das décadas de 70 e 80 do século XIX, uma atuação intensa, profunda e coerente, abrangendo experiências com o ensino elementar e secundário em estabelecimentos de vanguarda, como o Colégio Pestana, o Colégio Florence, o Culto à Ciência, a Escola Primária Neutralidade – Instituto Henrique Köpke.

Além de se dedicar à abertura e manutenção de escolas, bem como para a definição de um novo campo pedagógico, João Köpke foi pioneiro na divulgação e implantação do método analítico para o ensino da leitura e dedicou-se a uma profícua produção de livros de leitura.

Em 1884, o autor criou um novo modelo de série graduada. Destinados às aulas de leitura corrente, expressiva e suplementar, os livros compunham o *Curso sistemático da língua materna*, publicação que foi denominada como Coleção João Köpke, e depois de Série Rangel Pestana, sendo foi organizada em seis partes ou seis livros. O *Curso sistemático da língua materna* foi publicado inicialmente pela Livraria Melilo, de São Paulo, que, ainda na década de 1890, seria comprada pela Francisco Alves³.

O *Primeiro*, o *Segundo* e o *Terceiro* livros de leituras morais e instrutivas de João Köpke são a expressão do modelo formativo proposto por Batista *et al.* (2002), mas também guardam muitas semelhanças com um tipo de manual de leitura publicado na França entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX, classificados por Chartier e Hébrard (1995) como representativos do *modelo educativo da narrativa moralizante*. De acordo com os autores, esse tipo de livro de leitura tem, de modo geral, a

seguinte característica: “[...] sugere na vida de uma criança um acontecimento que traz um problema (bem ou mal resolvido) e provoca uma tomada de consciência, mediante a qual a criança é transformada” (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 398). Esses livros de leitura, constituídos por textos moralizantes, relatos edificantes e também historietas sobre a vida cotidiana das crianças, tanto em prosa quanto em versos, buscavam conciliar dois propósitos: instruir e educar.

O Quarto e o Quinto livros de leituras de João Köpke representam outra modalidade de livro de leitura, que não teria um modelo específico apontado por Batista *et al.* (2002), sendo o equivalente ao *Modelo cultural das leituras literárias*, proposto por Chartier e Hébrard (1995). Esses livros de leitura têm por ambição ofertar à escola primária a experiência já vivenciada na escola secundária, quer seja a da leitura de autores consagrados da literatura. Esse gênero de leitura remete a segundo plano o caráter moralizante dos livros de leitura, produzindo, em suas páginas, ideias e sentimentos relacionados à Pátria, além do amor à leitura e à língua nacional, conteúdos fundamentais para a construção da República.

Para implementar esse projeto cultural, João Köpke selecionou cuidadosamente trechos de autores portugueses e brasileiros que expressavam ideias e sentimentos acerca da Nação, do Estado e do trabalho. Assim, através da “boa literatura”, ao mesmo tempo em que o autor enaltecia os valores contidos na República, convencencia seus leitores de qual seria o melhor caminho para a sociedade brasileira.

O Leituras Práticas, sexto livro da série, difere tanto do modelo educativo da narrativa moralizante quanto do modelo cultural das leituras literárias, guarda semelhança com o modelo enciclopédico das leituras instrutivas descrito por Batista *et al.* (2002) e por Chartier e Hébrard (1995), à medida que condensa em um único livro textos que privilegiam as Ciências Naturais e Sociais, contudo, o caráter instrutivo é praticamente inexistente ao longo das lições.

Outra importante Série que circulou em São Paulo, a de Felisberto de Carvalho, é tomada como fonte de investigação neste texto. As pesquisas de Cabrini (1994), Oliveira (2004) e Villela (2004) são importantes e complementares para o estudo do professor Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho. Professor fluminense, formado em 1870 pela Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, destaca-se pelo conjunto de publicações didáticas que atravessaram gerações de crianças em seus bancos escolares.

Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho⁴ atuou na *Escola Primária anexa à Escola Normal de Niterói* e na *Escola Normal* de São Paulo, além de escolas particulares e no

Instituto de Educação do Distrito Federal, ocupando as cadeiras de Português e Educação Moral e Cívica.

Esses autores contribuíram com o que Pfromm Neto *et al.* (1974) denominaram literatura didática, produzindo mais de uma dúzia de livros⁵, com destaque para o livro *Tratado de Metodologia*, por ele organizado, obra na qual, segundo anuncia no prefácio, traduziu e resumiu textos de Mariotti, Bain, Mme Pape Carpentier, Charles Robert e Anquetil, Braun e Acchille V. A., autores consagrados à época, além de autores brasileiros, como destaca Villela (2004, p. 14):

C. Fonseca (Manual do Agricultor), Dr Lacerda Werneck (Fundação e custeio de uma fazenda), Dr. Caminhá (Tratado de Botânica), Macedo Pinto (Tratado do veterinário), Bráulio Cordeiro (O amigo lavrador, Guia do jardineiro), B. de Parapiacaba (Fábulas de La Fontaine), E. Goeld (Monographias Brasileiras), Dr. Moreira Pinto (Chorographia do Brasil), Dr. J. M. de Macedo (História do Brasil, Ensino de Leitura Expressiva) e A. M. da Silva Pontes (Compêndio de Pedagogia).

Ao acrescentar à seleção de autores estrangeiros e nacionais pareceres decorrentes da experiência do exercício de 17 anos de magistério, Felisberto de Carvalho inova em “[...] busca de uma pedagogia com identidade nacional” (VILLELA, 2004, p. 14). Além de escrever uma “[...] vastíssima coleção de títulos didáticos, que abrange o ensino da aritmética, geografia, educação moral e cívica, ciências naturais, gramática da língua portuguesa” (CABRINI, 1994, p. 29), dedicou-se, na última década de 1890, à escrita de livros de leitura, reeditados numerosas vezes, que circularam de norte a sul do país.

A Série Graduada de Felisberto de Carvalho, publicada pela Livraria Francisco Alves, é composta pelos seguintes livros: *Primeiro livro de Leitura*, *Segundo Livro de Leitura* e *Terceiro Livro de Leitura*, todos publicados em 1892, e *Quarto Livro de Leitura* e *Quinto Livro de Leitura*, publicados em 1895. Oliveira (2002, p. 4) destaca que entre “[...] 1892 e 1934, o primeiro livro de leitura dessa coleção chega à 119ª edição, o que confirma a sua grande utilização nas escolas públicas”.

Os livros de Leitura da Série Graduada apresentam-se de forma atrativa, com capas coloridas e ilustrações em cada uma das lições que os constituem. O autor, valendo-se de seu *Tratado de Methodologia*, é generoso em oferecer informações teóricas e indicações metodológicas sob a forma de um detalhado roteiro em que prescreve passo a passo o que e como os professores deveriam trabalhar cada uma das lições.

O conteúdo da Série Graduada de Felisberto de Carvalho é expressão de um modelo específico⁶ de livro de leitura que circulou no Brasil, a partir de fins do século XIX, denominado por Batista *et al.* (2002) como sendo enciclopédico, cuja característica é estruturar o conteúdo pedagógico em dupla direção, de um lado, lições visando à aquisição e

maior fluência da leitura e da escrita e, de outro lado, por meio de um conjunto de conteúdos instrutivos de Ciências, Geografia, História e de Lições de coisas. A Série contemplava ainda lições sobre botânica, zoologia, sistema métrico, gramática e muitos excertos de autores brasileiros e portugueses que retratavam o amor à pátria brasileira por meio do enaltecimento de sua fauna, flora e “grandes homens”.

A terceira Série tomada como fonte neste artigo é a Série Graduada Puiggari-Barreto, que, a partir de 1904, passa a ocupar e dividir espaço no mercado editorial e ganha lugar sobre as carteiras das escolas públicas paulistas. Barreto e Puiggari finalizaram o curso na Escola Normal de São Paulo. Romão Puiggari nascido na cidade de Vich na Espanha em 6 de abril de 1865, concluiu os estudos no ano de 1888. Em 1886, Puiggari presta os exames de suficiência para ingressar na Escola Normal de São Paulo pelos quais é habilitado plenamente e, então, inicia o seu curso. Recebeu o diploma de normalista juntamente com alguns colegas que o acompanharam nos anos de formação e também na sua jornada profissional, como Gabriel Prestes, Ramon Roca Dordal, Mariano de Oliveira, João Batista de Brito, Domingos de Paula e Silva, Cipriano da Rocha Lima, dentre outros.

No ano seguinte à formatura, Puiggari assume a cadeira de Mogi-Mirim. Além dos afazeres na escola, ele colaborava nos jornais locais, ensinava particularmente e ainda dirigia um grupo dramático infantil, composto por seus alunos. Em 1891, exonera-se da cadeira de Mogi-Mirim e assume o cargo de diretor da Escola da Vila Mariana na capital paulista. Trabalhou na Escola na Vila Mariana até 1894, quando foi convidado por Gabriel Prestes a assumir o cargo de professor adjunto na Escola Modelo anexa a Escola Normal em São Paulo, em 1895, onde ficou responsável pelo 4º ano preliminar por muitos anos. Em maio de 1903, Romão Puiggari deixa a Escola Modelo, por permuta com o Professor João Pinto e Silva e passa para o 1º Grupo Escolar do Brás. A atuação de Romão Puiggari no Grupo Escolar do Braz foi breve, assim como a sua trajetória de vida que se encerra no dia 5 de dezembro de 1904, acometido por uma doença, o professor morre aos 39 anos de idade.

De acordo com Belo (2013), respondendo ao “[...] brado de alerta ao patriotismo brasileiro” conclamado por Verissimo⁷, Romão Puiggari publica em 1895 o livro *Cousas Brasileiras*, cujo conteúdo se dedicava ao folclore, às lendas e à descrição da fauna e da flora brasileira. Apesar das diversas críticas recebidas com relação às páginas mal impressas e mal ilustradas, o livro permanece em uso nas escolas, destinado ao terceiro ano escolar, e atinge várias edições.

Arnaldo de Oliveira Barreto nasceu no dia 12 de setembro de 1869 em Campinas. Em 1889, inscreve-se e realiza o exame de suficiência⁸ para o ingresso na Escola Normal de São

Paulo, sendo aprovado com distinção. Para se manter nos estudos, desdobra-se em trabalhos nos jornais “Diário Mercantil”, no “Vigilante”, no “O Prego”. Durante o curso conhece Caetano de Campos, recém-nomeado diretor da Escola Normal em 1890, tornando-se um de seus discípulos, demonstrando em suas obras e em seus artigos publicados grande afinidade com as ideias disseminadas pelo mestre. Diploma-se em 1891.

Segundo Meneses (2012), a turma de 1891 da Escola Normal se destaca pela presença de eminentes figuras ligadas ao ensino no estado de São Paulo, que atuaram em importantes instituições de ensino, órgãos administrativos, associações de classe e realizaram importante produção acadêmica e pedagógica, amplamente difundida nas escolas primárias em fase de instituição. Esses professores assumiram cargos como diretores de Escolas Normais, da capital e do interior do estado, além de atuarem como diretores de ginásios estaduais, diretores da Diretoria Geral da Instrução Pública e inspetores escolares etc. Dentre estes, destacam-se Oscar Thompson, Antônio Rodrigues Alves Pereira, João Crisóstomo Bueno dos Reis Junior e Arnaldo de Oliveira Barreto.

Barreto inicia sua carreira de educador em 1892, quando assume a cadeira da Escola Primária de Batatais⁹. Em 1893, volta para Campinas onde assume a cadeira da escola do bairro Rebouças. Em 1894, a convite de Miss Browne¹⁰, o autor passa a dirigir uma das classes da Escola-Modelo da Rua do Carmo. Em 1896, dedica-se a organizar o Grupo Escolar Gabriel Prestes na cidade de Lorena e assume a direção de escolas para filhos de operários da Estrada de Ferro Central do Brasil. O ano de 1896 marca, segundo Belo (2013), o seu ingresso na produção acadêmica, como autor de livros e cadernos didáticos, ora sozinho, ora em coautoria. O professor Arnaldo de Oliveira Barreto encerra sua carreira no cargo de diretor da Escola Normal de São Paulo, “[...] tendo sido nomeado como 13º diretor dessa escola em 1924, exerce sua função até o dia 24 de julho de 1925” (BELO, 2013, p. 52) quando morre.

Arnaldo de Oliveira Barreto esteve preocupado, desde o início de sua carreira como professor, com a necessidade de produção de livros próprios à instrução de crianças. Destacam-se os seus livros de maior circulação além da Série em parceria com Puiggari, a *Cartilha das Mães* (1895), o *Leituras Morais* (1896), a *Cartilha Analítica, as Primeiras Leituras* e *Cartilha Nacional* (1909), o *Ensino Simultâneo de Leitura e Escrita* e o *Cenário Infantil* (1918) e *Primeiras Leituras* (s/d). Barreto também foi coautor, juntamente com Ramon Roca Dordal e Mariano de Oliveira, todos professores da Escola Normal de São Paulo, do documento oficial *Instruções práticas para o ensino da leitura pelo methodo analytico: modelos de lições*, expedido pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, em 1914.

Provavelmente, entre 1895 e 1904 Romão Puiggari e Arnaldo de Oliveira Barreto tenham convivido mais proximamente. Quando Puiggari chega a Escola Modelo em São Paulo, Barreto já havia assumido o cargo de professor nesta escola onde permanece até 1908. Em 1902 ambos estreiam como redator chefe (Barreto) e redator secretário (Puiggari) da *Revista de Ensino*. O que interessa para fins desta investigação é a co-autoria dos renomados professores para a escrita da Série Graduada Puiggari- Barreto.

A série é constituída por quatro livros: o Primeiro e o Segundo Livro de Leitura foram publicados em 1903; o Terceiro e o Quarto Livro de Leitura, provavelmente publicados entre 1903 e 1904, posto já constarem do *Inventário de bens escolares*¹¹. Na década de 1910, a Série já era bastante conhecida e bem conceituada. Segundo Pfromm *et al.* (1974), em 1904, a série conquistou a medalha de prata da Exposição Universal realizada em Saint Louis, nos Estados Unidos e, em 1912, a adoção da Série torna-se obrigatória para as *Escolas de Grumetes e de Aprendizes de Marinheiro*, regulamentada pelo Decreto nº 9.386, em fevereiro desse ano¹².

Os livros da Série inspiram-se na obra italiana *Cuore*, de Edmundo de Amicis, e caracterizam-se por não estarem divididos em lições, mas, sim, em “capítulos” ou em historietas de um menino chamado Paulo. A história inicia-se quando o menino está prestes a ingressar na escola primária e acaba quando ele encerra o primeiro ciclo de sua instrução primária, no quarto ano. Cada livro da Série acompanha Paulo em um ano escolar, além de narrar fatos ocorridos na escola, os livros tratam da vida cotidiana do menino com sua família, seus amigos, vizinhos etc.

De acordo com Oliveira (2004) e Belo (2013), a Série Puiggari-Barreto publicada pela Francisco Alves é expressão do modelo de leitura formativa. Os livros de leitura privilegiam lições de cunho moral, cívico e patriótico, além de lições de conduta, higiene etc. Desse modo, é possível perceber que a escola começa a ser vista como o meio propício para a disseminação dos valores republicanos, ou seja, voltam-se à disseminação da importância em modernizar o país e da valorização do trabalho como ferramenta importante para a construção da cidadania.

As últimas décadas do século XIX correspondem a um período de mudanças significativas para a história do livro didático. Para os professores com pouca ou nenhuma formação específica, o livro didático, além de conter os conteúdos de ensino, representava um verdadeiro método de ensino. Além disso, caberia ao livro por um lado, dar conta da formação do professor, que seria construída na prática, fortemente marcada pelo “aprender fazendo”, o que exigia uma produção didática que aliasse ao conhecimento científico e

literário, vivência de sala de aula e, por outro lado, a construção de um homem novo, cujas virtudes deveriam convergir em prol da República.

Quais as ideias, os sentimentos e os conteúdos presentes na Série Graduada de leitura de João Köpke, de Felisberto de Carvalho e de Puiggari-Barreto foram considerados fundamentais para a construção da República? Quais as virtudes consideradas primordiais pelos autores para a construção de uma criança civilizada? E, por fim, como a escola, símbolo do progresso e modernidade republicana, é apresentada nas Séries Graduas? Qual o lugar atribuído a ela pelos autores? De que forma as lições colaboram para a criação de um *habitus* social da legitimidade da escola?

As artes de bem conduzir-se no mundo: As Séries Graduas e o projeto civilizatório republicano paulista

Os autores das Séries Graduas estudadas estiveram muito atentos por meio de suas lições em disciplinar a alma e o coração dos pequenos, procurando ensinar a todos um código de civilidade, por meio da coerção do corpo e da imposição de normas de comportamento sociável.

As lições são, portanto, tratadas como “[...] instrumentos diretos de condicionamento ou modelação, de adaptação do indivíduo a esses modos de comportamento, que a estrutura e a situação da sociedade onde vive tornam necessários” (ELIAS, 1994b, p. 95). Ao mesmo tempo em que, “[...] através do que censuram e elogiam a divergência entre o que era considerado, em épocas diferentes, maneiras boas e más” (ELIAS, 1994b, p. 95).

Comportamentos usuais e compartilhados, em situações públicas, são substituídos por novos; aqueles se tornam aversivos, repulsivos, condenáveis, em uma palavra, *primitivos*; esses passam a ser esperados, tornam-se necessários, porque corretos, adequados, em uma palavra, *civilizados*. Àqueles comportamentos pouco a pouco abandonados, diz Elias (1994b, p. 80), correspondiam a “[...] um padrão de relações humanas e uma estrutura de sentimento”; aos novos comportamentos adquiridos, correspondem outro padrão de relações e outra estrutura de sentimento. Enfim, dizem respeito a outro padrão cognitivo e outra estrutura cognitiva.

É do processo civilizador, constata Elias (1994b), não só a mudança gradual dos comportamentos por força da mudança também gradual dos controles externos; na longa duração, o imperativo do controle sobre os comportamentos desloca o seu peso do grupo para o indivíduo, que passa a ser o principal policial do próprio comportamento. Aí está o instrumento mais poderoso de mudança comportamental do qual emerge o homem ocidental

moderno e que os professores Felisberto de Carvalho, Romão Puiggari, Arnaldo de Oliveira Barreto e João Köpke fartamente fazem uso em suas lições.

Ainda que os modelos sejam distintos, as lições dos livros de leitura exprimem a plena confiança na educação doméstica, através de histórias em que, imitando e obedecendo aos pais, as crianças aprenderiam a ler, ao mesmo tempo em que apreenderiam modos e costumes que as converteriam em cidadãos republicanos. Nas Séries Graduadas, destacam-se dentre os valores a ser ensinados, a obediência, considerado inclusive, o primeiro valor a ser inculcado no coração das crianças. Valor enaltecido e bastante explorado nas histórias de Köpke (1911), em que se sobrelevam crianças que aprenderam com suas mães a ser respeitosas, amorosas e, sobretudo, obedientes aos pais. Nessa mesma direção Carvalho (1946b, p. 64), assevera que obediência deve ser introjetada pela razão:

O cão, a que se ameaça com uma bengala, obedece porque tem medo: o menino deve obedecer pelo coração, quando não o possa fazer pela razão. A obediência voluntária nobilita; a que resulta do medo ou adulação abate a dignidade do menino ou do homem.

A partir da obediência filial, a criança estaria apta a transferir o comportamento aprendido para outros espaços sociais. A obediência deve ser absoluta, sem discussão e questionamentos. Para Carvalho (1946b, p. 63), a obediência deve ser “[...] absoluta, porque o menino há de obedecer, sem discutir as ordens recebidas, visto que lhe são dadas por quem já possui bastante experiências para saber o que lhe convém”. No entanto, muitas crianças se mostram desobedientes, devendo receber por isso uma punição moral. Na lição *O menino malcriado*, Noel, além de resistir às ordens de sua mãe de recolher seus brinquedos antes de sair para visitar Dona Chiquinha, lá chegando se comportou de maneira inadequada: mal cumprimentou a senhora, não tirou o chapéu, cruzou as pernas em cima do assento da melhor cadeira, enfiou o dedo no nariz e teve ainda outros comportamentos pouco recomendáveis. Por tamanha desobediência e falta de civilidade, foi severamente punido:

A mamãe, que estava com os olhos em cima dele, não pode mais aturar as suas grosserias e lhe disse:
- Saia já daqui, meu senhor. Quando os meninos são tão grosseiros como o senhor, não merecem estar numa sala. Vá me esperar à porta.
E Noel, todo envergonhado, foi saindo e meteu-se num canto, chorando e soluçando. (KÖPKE, 1911, p.121-122).

Carvalho (1946a) também não se furtou a narrar o que acontece com quem desobedece, chamando como argumento a onipresença de Deus:

O coração de pai não se engana, e o de mãe muito menos.
Uma tarde saiu o menino João, depois de haver pedido a benção de seus pais, a cujas razões não atendeu então.

Montou a cavalo, e partiu com o Sultão, o mais belo e valente dos seus cães. Mas é certo: o homem pôe e Deus dispõe.
Ao saltar o animal um valão, falsearam as mãos, e o menino caiu e magoou-se muito.
Foi assim forçado a renunciar ao prazer do passeio, e ficou doente.
Ah! Si tivesse ouvido as observações de seus pais!... (CARVALHO, 1946a, p. 86-87).

Ao depositar no indivíduo a responsabilidade pela ordem social e reiterar a função da família em implantar os rudimentos de civilidade, os autores ratificam que garantem ao indivíduo a liberdade de obedecer. Os procedimentos para os meninos e meninas conseguirem obedecer à consciência são o cumprimento do dever, a boa vontade e a presteza em executar, qualquer que seja a tarefa.

Entre as crianças e os livros de leitura das Séries Graduada havia a mediação das mães, cuja função de controle rigoroso, de restrição e de censura no processo civilizatório individual marcava as diferenças entre o universo dos adultos e o universo das crianças. Nas palavras de Elias (1994b, p. 145):

O padrão que está emergindo em nossa fase de civilização caracteriza-se por uma profunda discrepância entre o comportamento dos chamados “adultos” e das crianças. Estas têm no espaço de alguns anos que atingir o nível avançado da vergonha e nojo que demorou séculos para se desenvolver. A vida instintiva delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e modelagem específica que dão à nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão de séculos.

Os meninos e as meninas que emergem das páginas dos livros de leitura analisados cumprem seus deveres com seus irmãos, com as outras crianças e com os adultos, em situação de dificuldades. Nessa perspectiva, apresenta-se a lição *Duas esmolas*, que traz da história do menino Samuel, que, ao voltar da escola para casa, encontra um cego, mas não pôde lhe dar nenhuma esmola, porque havia gasto todo o seu dinheiro com a compra de um livro. Nesse ponto da narrativa, o autor utiliza como estratégia provocar o leitor sobre a atitude do garoto, e o faz com um questionamento, seguido de um esclarecimento: “-Como? Pois Samuel não fez caso do pobre cego? Não, porque gastou todo o dinheiro que tinha para comprar o livro” (KÖPKE, 1911, p. 103).

Dessa forma, Köpke, em uma única lição, além de apresentar o livro como um objeto de desejo que vale todas as economias do menino, que produz fascínio e prende a atenção, posto que o menino caminhava lendo, também ensina que a bondade se sobrepõe ao poder econômico.

Em estudo sobre *Os usos da civilidade*, Revel (1999) afirma que a aprendizagem da civilidade desempenha um papel fundamental para a ordem social, na medida em que permite:

ao mesmo tempo, disciplinar as almas por meio da coerção exercida sobre o corpo e impor à coletividade das crianças uma mesma norma de comportamento sociável. Além disso, tem a vantagem de permitir que a criança exerça sobre si mesma um controle constante de seu tempo, de suas ocupações e de suas atitudes. (REVEL, 1999, p. 176).

Nesse processo de construção de civilidade, a obediência deve ser aprendida e apreendida através do autocontrole, que disciplina a vontade. Segundo Leão (2007, p. 64), o próprio ato de ler pode ser considerado “[...] um exercício permanente de autocontrole”. Nesse sentido, ao aprender a ler os textos, as lições e as historietas dos livros de leitura, as crianças se inscreveriam num determinado aprendizado social: o de aprender a dominar suas emoções.

Os modelos de civilidade apresentados nos livros de leitura das três Séries Graduadas que circularam em São Paulo entre fins do XIX e início do XX disseminaram as artes de bem conduzir-se em casa, na escola, na rua, na igreja, enfim, na sociedade. A boa leitura dos mesmos, por meio de uma leitura fluida, corrente, expressiva, encadeada, já implicava em um domínio cada vez maior das emoções, levando à transformação sempre no sentido de um maior controle e restrições.

Os livros de leitura procuravam formar a criança, que, no futuro, converteria-se em homem e faria o progresso do país. Não há espaço para abstenção, pelo contrário, os autores levam ao termo e ao cabo um projeto civilizador pela via da leitura. Dentre as providências para a institucionalização da nova ordem política, os republicanos elegeram a escola para “[...] sinalizar a ruptura que pretendiam promover entre um passado sombrio e um futuro luminoso” (CARVALHO, 2003, p. 143). Assim, eleita signo do Progresso, a escola deveria tanto fazer ver a República inaugurada quanto à escola deveria se dar a ver (CARVALHO, 2003, p. 23-33).

Caberia, então, a essa escola a construção de uma educação nacional pautada na educação da vontade e do caráter, o que, segundo José Veríssimo (1985), consistiria no desenvolvimento da disciplina, da simpatia, da solidariedade, além do estímulo à coragem, à verdade, à franqueza e, sobretudo, ao gosto pelo trabalho.

Para a elite intelectual, a escola cabia a importante missão de transformar os habitantes em povo, regenerar o trabalhador e salvaguardar o organismo nacional. Enfim, construir a nação. As três Séries Graduadas dedicam várias lições ao enaltecimento das virtudes requeridas como pré-requisitos para o ingresso e a permanência na escola. Assim são valorizadas a honestidade, a persistência, a atenção, a complacência, a paciência, a amizade e a solidariedade para com o próximo.

No entanto, além das virtudes, muitas lições se dedicam a apresentar os rituais escolares constituidores da cultura escolar por meio da criação de traços simbólicos e de discursos autorizados sobre o lugar social denominado escola. Nesse sentido, por exemplo, Puiggari e Barreto(1934, p. 197) descrevem os rituais de final de ano:

O grande dia

Era adorável o aspecto da escola. Todas as salas estavam enfeitadas. Nas dos meninos, viam-se principalmente folhagem e bandeiras; nas das meninas, crochês, rendas, fitas e flores de papel; e, em todas elas, uma quantidade profusa de rosas, dalias, camélias, magnólias, violetas, e mil outras flores, de todas as cores, de todas as formas, de todos os perfumes. À entrada das salas, havia tinas com palmeiras. Os corredores estavam apinhados de gente. As famílias dos alunos queriam também tomar parte na festa das crianças...

Os autores das Séries Graduada através dessas lições procuraram introduzir as virtudes capazes de produzir mentes e corpos disciplinados para o mundo do trabalho. O cenário nacional nos primeiros anos republicanos era povoado por diversas personagens: homens doentes, improdutivos e indolentes, vagando pelo país; uma população urbana resistente ao trabalho, ou ao menos na forma de trabalho considerada salutar pelos patrões, um contingente significativo de imigrantes tidos como fomentadores de greves e conturbações sociais.

Essa população deveria ser regenerada e organizada, e isso era o que se esperava da educação. Ao regenerar a população, ao mesmo tempo em que se combatia a insolência e a preguiça, preparava-se para o trabalho, disciplinando-a e tornando-a saudável e produtiva. Feito isso, teria sido dado o primeiro passo para a organização do trabalho nacional, que deveria ser estruturado em duas frentes, a primeira criando a consciência do dever domiciliário, contendo o fluxo migratório e fixando o homem no campo; a segunda, através do disciplinamento e do regramento da vida em sociedade, bem como do ordenamento de condutas morais, consideradas civilizadas, mas, sobretudo, necessárias para o trabalho nas fábricas.

Os autores firmam um compromisso com essa questão social que afligia e assombrava as elites intelectuais e políticas brasileiras. Dentre as várias formas que João Köpke utilizou para inserir a temática trabalho, uma estratégia foi a de apresentar, no *Primeiro livro de leituras morais e instrutivas*, crianças trabalhadoras e o trabalho como mola propulsora da vida. Assim, o ato de trabalhar é apregoado em versos e prosa como algo bastante aprazível. A lição *O amanhecer* é bastante esclarecedora e ilustrativa dos objetivos do autor. Conforme o próprio título sugere, ao amanhecer o dia, todos prontamente e com alegria se põem a trabalhar: animais, homens, mulheres e até crianças.

Carvalho (1946b, p. 124), no *Terceiro Livro de Leitura*, define o trabalho como a única condição para a felicidade:

Independente dos gozos auferidos pelo trabalho, nada contribui como o hábito de uma vida ocupada para dar ao espírito a calma, a serenidade, a posse de si mesmo, e certo bem estar que modifica os desejos, contém as ambições nos justos limites, e não dá tempo ao homem de se atormentar com os receios do futuro.

Interessante o modo como Puiggari e Barreto apresentam o tema do trabalho em sua Série. As atividades específicas da escola são descritas pela mãe de Paulo, quando este, muito ansioso para iniciar as aulas pergunta para ela o que se fazia na escola. Ela responde:

[...] Primeiro estuda-se, depois, o mestre dá um recreio para descanso; depois, chama os alunos para trabalharem outra vez [...] depois do trabalho, o brinquedo; depois do brinquedo, o trabalho. Devem trabalhar para aprender, porque hão de ser homens educados, e brincar porque são crianças (PUIGGARI-BARRETO, 1931, p. 30).

Estão sempre presentes nas lições frases que expressam quais são os atributos de um cidadão bem educado e de bom caráter, tais quais: “[...] a felicidade de um homem depende só de si mesmo, isto é, da sua coragem e amor pelo trabalho; do modo correto e honesto como se dirige na sociedade; da sua tenacidade, da sua força de vontade” (PUIGGARI-BARRETO, 1909, p. 13). O cidadão aqui referido é o que valoriza o trabalho, sendo sempre perseverante, polido, educado e útil. “A polidez é própria da boa educação, ninguém se arrepende nunca de ser educado”, diz tio José para Paulo, em certa ocasião, tentando dar ao sobrinho uma lição continua:

[...] que o trabalho não te esmoreça nunca, e procura cada dia fortalecer-te de mais ânimo. Pensa na vergonha e no remorso que te pungirão a alma no dia em que, quando já homem, te sentires incapaz de ser útil a quem quer que apele para ti, só porque em um momento de covardia da tua infância, nada tentastes fazer para tornar forte a tua alma e polido o teu espírito. (PUIGGARI-BARRETO, 1909, p. 22).

Segundo os livros de leitura, embora o brincar e o trabalhar se distanciem pelas ações requeridas, ao mesmo tempo se aproximam, quer seja pelo empenho exigido pela tarefa, quer seja pelo prazer alcançado ao término da atividade. Nesse sentido, as lições apresentam o trabalho como sendo uma ocupação possível e necessária para as crianças. O trabalho é apresentado como algo que alegra, que permite ver a vida de outra forma, dando sentido diverso às ações banais e corriqueiras.

Considerações finais

A produção da ideia de que a República, para constituir-se e solidificar-se como regime, necessitaria de um homem novo a ser preparado pela escola, não é exclusividade

brasileira. Na França revolucionária do século XVIII, depositava-se na educação a crença na regeneração do povo, através da ruptura com o obscurantismo e com as tradições do Antigo Regime, que levaria a uma transformação radical, rumo ao progresso e à modernidade. De acordo com Boto (1996), regenerar, moralizar, instruir e, sobretudo, educar constituiriam as metas do projeto arquitetado pelos revolucionários, tendo em vista a sustentabilidade do novo regime.

Para concretização e viabilização do novo regime, seria fundamental formar um homem novo, regenerado, civilizado, moderno, escolarizado e trabalhador, enfim, o cidadão republicano. Esse homem novo deveria apresentar condutas compatíveis com a vida republicana e estar preparado para a nova sociedade industrial, urbana, moderna e científica em construção, sendo, portanto, necessário abandonar os valores ultrapassados e decadentes ligados ao regime monárquico e à sociedade escravagista e agrária.

Preparar a criança para tornar-se um cidadão republicano, portanto, civilizado foi objetivo dos autores estudados, independente do modelo adotado na estruturação de suas séries Graduas. Na verdade, o modelo adotado em nada alterou a preocupação civilizatória e a busca pela construção de uma educação sentimental, que, por meio da leitura, ensinasse às crianças o autocontrole. A esse respeito, Elias (1993, p. 202) esclarece:

Em parte automaticamente, e até certo ponto através da conduta e dos hábitos, os adultos induzem modelos de comportamento correspondentes nas crianças. Desde o começo da mocidade, o indivíduo é treinado no autocontrole e no espírito de previsão dos resultados dos seus atos, de que precisará para desempenhar funções adultas. Esse autocontrole é instilado tão profundamente desde essa tenra idade que, como se fosse uma estação de retransmissão de padrões sociais, desenvolve-se nele uma auto-supervisão automática de paixões, um “superego” mais diferenciado e estável e uma parte dos impulsos emocionais e inclinações afetivas sai por completo do alcance direto do nível da consciência.

No Brasil, durante o final do século XIX, os republicanos construíram e difundiram uma imagem de criança idealizada, procurando incorporá-la à ordem social, por meio do trabalho regular e da instrução. Projeto cuja viabilização dependia em larga escala da produção de livros para a infância.

Os autores das três Séries Graduas estiveram atentos a isso, não sendo possível ignorar a imagem idealizada que se faz da infância, tendo a preocupação constante em divulgar uma imagem de criança corajosa, sincera, respeitosa, amorosa, mas, principalmente, bondosa, obediente e digna.

Pode-se afirmar ainda a presença de um conjunto de princípios norteadores da ordem e do progresso, fundamentais para a transformação do homem em cidadão republicano. Os novos costumes são, assim, pouco a pouco, impostos às crianças, obrigando-as a reprimir seus

desejos impulsivos, vândalos, fracos e vingativos, substituindo-os pela prudência, bondade e sinceridade, ao mesmo tempo em que são afastadas da preguiça e impulsionadas ao trabalho.

Os renomados professores Felisberto de Carvalho, Arnaldo de Oliveira Barreto, Romão Puiggari e João Köpke investiram sistematicamente para que as crianças leitoras de suas Séries atingissem um nível de controle das emoções e que formassem determinados padrões de vergonha, de comedimento e de pudor que as a habilitasse ao convívio social.

Homens formados na Escola Normal do Rio de Janeiro (Felisberto de Carvalho), na Escola Normal de São Paulo (Romão Puiggari e Arnaldo de Oliveira Barreto) e na Academia de Direito do Largo São Francisco (João Köpke) compartilharam com seus coetâneos o entendimento de que a educação seria a solução para os problemas do país. Mais do que isso, integraram gerações de normalistas e bacharéis que alcançaram destaque na cena educacional de sua época, tendo se tornado bastante enraizado o pertencimento ao grupo, extrapolando seus muros rumo a outros espaços sociais de convivência e disputa.

No entanto, além de pertencer a um determinado grupo e com ele manter laços de afinidades, os quatro autores das três Séries eram antes de tudo professores, ou seja, possuíam as ferramentas mentais para aliar conhecimentos científicos e literários mediados sempre pela experiência de vida como professor. Conheciam de perto as dificuldades das escolas primárias paulistas, as mazelas cotidianas, a falta de recursos materiais, os entraves para a realização dos métodos de ensino etc. Esse conhecimento da prática não passou despercebido pelo editor Francisco Alves, pelo contrário, converteu-os em homens com legitimidade institucionalizada pelo diploma e respaldo de experiência prática, em sucesso de vendagem. Mais do que isso, aliavam ainda o que era preciso para a realização do projeto republicano, a crença na transformação da sociedade pela via da educação, por meio de um projeto político pedagógico civilizatório.

A análise das Séries mais provoca e instiga a realização de outras pesquisas do que encerra a discussão. Merece um estudo aprofundado o papel do editor Francisco Alves – editor das três séries estudadas – para a configuração do mercado editorial de livros didáticos, da escola primária e da materialização do ideal republicano. Da mesma forma, investigar esses professores em seus lugares de formação, buscando compreender como esses lugares se configuraram como legítimos para a definição de currículos e projetos educacionais. Além dos lugares, situar os renomados professores em diálogo com seus pares, investigando como a rede que se configurou nos tempos de formação, quer seja na Escola Normal, quer seja na Academia de Direito do largo São Francisco impactou e favoreceu a concepção das Séries e a circulação das mesmas.

Notas

¹Pfromm Netto *et al.* (1974) fornecem-nos alguns dados acerca da cobertura da instrução primária: em 1836, não ia além de 640 o número de alunos das escolas primárias no município da Corte. De meados do século a 1870, o total de alunos matriculados elevou-se de pouco mais de 70 mil para quase 190 mil. Em 1886, o país contava com 213.670 alunos matriculados em 6.606 escolas primárias públicas. Em algumas províncias – que após o Ato Adicional de 1834, passaram a legislar sobre o ensino público –, cresceu significativamente o movimento em favor da escola elementar, na segunda metade do século passado.

² Em 1875, J. Köpke foi nomeado promotor público em Itapeva da Faxina (SP), onde também trabalhou como advogado. Em seguida, foi removido para as comarcas de Jundiá, Campinas e, por fim, para a Capital: “Em São Paulo acumulou às atividades na promotoria, o trabalho como advogado [...]. Contudo sua carreira foi curta e a magistratura preterida pela opção que o acompanharia por toda a vida: a Educação” (PANIZZOLO, 2006, p. 101).

³ A Livraria Francisco Alves durante a última década do século XIX cresceu rapidamente, chegando “[...] a ter quase o monopólio no campo do livro didático brasileiro” (HALLEWELL, 1985, p. 210), e isso foi conseguido, por um lado, suplantando com preços mais baixos os concorrentes. Quanto à Livraria Melilo, foi comprada “[...] porque os livros de João Köpke por ela editados eram os principais competidores dos de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, editados pela Francisco Alves” (HALLEWELL, 1985, p.211).

⁴ A respeito de Felisberto de Carvalho consultar a dissertação de Cabrini (1994), intitulada *Memória do livro didático os livros de leitura de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho*, e a dissertação de Oliveira (2004), sob o título *As Séries Graduadas de Leitura na Escola primária paulista (1890-1910)*.

⁵ Dentre eles, pode-se destacar: Noções de História Natural, Dicionário Gramatical, Elementos de Gramática da Língua Portuguesa, Exercícios de Aritmética e Geometria, Aritmética das Escolas Primárias.

⁶ Os autores identificaram em seus estudos sobre os livros de leitura na escola primária a existência de quatro modelos de livros. O modelo de leitura manuscrita composto por antologias de textos com vistas a transmitir valores cívicos e morais e ensinar as diferentes caligrafias. O modelo de leitura autônomo tinha como objetivo o ensino da leitura. O modelo formativo era voltado à transmissão de valores morais, cívicos e ideológicos. E, por fim, o modelo enciclopédico, que além da aquisição da fluência do ler e escrever, apresentava um conjunto de conteúdos instrutivos.

⁷ O livro *A Educação Nacional*, de José Veríssimo, foi publicado como um projeto para a educação republicana em constituição. Ao discorrer sobre os aspectos gerais da educação, como os saberes escolares essenciais, as práticas e os métodos, o autor apresenta preocupação em definir o caráter tipicamente nacional da educação do país, que deveria também ser considerado na produção dos livros escolares.

⁸ Os exames de suficiência selecionavam e classificavam os candidatos que desejavam ingressar na Escola Normal.

⁹ Segundo Belo (2013), a todos os professores designados para o interior do estado em 1892 foram atribuídas cadeiras isoladas ou designação em escolas de professor único – as escolas provenientes do Império, uma vez que em 1892 ainda não havia sido instauradas as escolas seriadas e que somente em 1894 seriam criados os grupos escolares e as escolas modelos seguidas pelas escolas complementares.

¹⁰ Ex-diretora de *high school* em Malden, nos EUA, especialista contratada pela Escola Americana de São Paulo, é convidada, a partir da primeira fase da Reforma da Instrução, a dirigir a Escola-Modelo anexa a Escola Normal de São Paulo.

¹¹ A esse respeito consultar Título/Subtítulo: instrução Publica/inventários de bens escolares; Ordem: E02681; E02838; E02772, E02513.

¹² O número expressivo de edições e reedições pode ser constatado na afirmação de Pfromm *et al.* (1974) acerca da circulação e adoção nos anos de 1970.

Fontes

A PROVINCIA DE SÃO PAULO. 05.11.1880.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ordem: E02681; E02838; E02772, E02513.

CARVALHO, F. R. P. *Primeiro livro de Leitura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946a.

CARVALHO, F. R. P. *Quarto livro de Leitura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946d.

- CARVALHO, F. R. P. *Quinto livro de Leitura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1897.
- CARVALHO, F. R. P. *Segundo livro de Leitura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946c.
- CARVALHO, F. R. P. *Terceiro livro de Leitura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946b.
- KÖPKE, J. *Florilégio contemporâneo; quinto livro de leitura para uso das escolas secundárias*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1914. (Série Rangel Pestana).
- KÖPKE, J. *Primeiro livro de leituras morais e instrutivas para uso das escolas primárias*. 28. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1911. (Série Rangel Pestana).
- KÖPKE, J. *Leituras práticas*. 13. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927. (Série Rangel Pestana).
- KÖPKE, J. *Segundo livro de leituras morais e instrutivas para uso das escolas primárias*. 61. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1928. (Série Rangel Pestana).
- KÖPKE, J. *Quarto livro de leituras para uso das escolas primárias e secundárias*. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931. (Série Rangel Pestana).
- KÖPKE, J. *Terceiro livro de leituras morais e instrutivas para uso das escolas primárias*. 64ªed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1950. (Série Rangel Pestana).
- PUIGGARI, R.; BARRETO, A.O. *Quarto Livro de leitura*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.
- PUIGGARI, R.; BARRETO, A. O. *Terceiro livro de leitura*. 16. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1919.
- PUIGGARI, R.; BARRETO, A. O. *Primeiro Livro de leitura*. 37. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- PUIGGARI, R.; BARRETO, A. O. *Segundo Livro de leitura*. 36. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1934.

Referências

- BATISTA, A. A.G.; GALVAO, A.M. O.; KLINKE, K. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 20, p. 27-47, ago.2002.
- BELO, M. D. *Série graduada de leitura Puiggari-Barreto: artefatos materiais, ideários e práticas na configuração da escola primária paulista (1890-1920)*. 2013.130p. Relatório de Iniciação Científica – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2013.
- BELO, M. D.; PANIZZOLO, C. A Série de Leitura Puiggari-Barreto: 'escrita por pena de mestre, inspirada por alma de criança'. *Linha Mestra*, Campinas, v. 8, p. 2589- 2592, 2014.
- BELO, M. D.; PANIZZOLO, C. A construção da infância brasileira através dos livros de leitura. In: *JORNADAS DE ESTUDIOS SOBRE LA INFANCIA*, 4., 2015, Buenos Aires *Acta Académica*. Buenos Aires: UNSAM, 2015. v. 1. p.178-200.

- CABRINI, C. A. *Memória do livro didático: os livros de leitura de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho*. 1994. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Arte) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- CARVALHO, M. M. C. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. (Estudos CDAPH – Série historiografia).
- CHARTIER, A. ; HÉBRARD, J. *Discursos sobre a leitura: 1880-1980*. Tradução de Osvaldo Biato e Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1995.
- CHARTIER, R. *Leituras e leitores na França do antigo regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- ELIAS, N. *O processo civilizador, formação do estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 a. 201p.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.
- ELIAS, N. *Norbert Elias por ele mesmo*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, N. *Escritos e ensaios*. 1. Estado, processo, opinião pública. 1 ed. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. 238p.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução de Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp, 1985. (Coleção Coroa Vermelha: Estudos brasileiros, v. 6).
- LEÃO, A. B. *Norbert Elias & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MENESES, M. F.de. *Circulação dos professores diplomados na escola normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, C. R. G. A.; SOUZA, R. F. As faces do livro de leitura. *Cadernos Cedes; educação, sociedade e cultura no século XIX: discursos e sociabilidades*, Campinas, n. 52, p. 25-40. 2000.
- OLIVEIRA, C. R.G. A.. *As séries graduadas de leitura na escola primária paulista (1890-1910)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, SP, 2004.
- OLIVEIRA, C.R. G. A.; SOUZA, R. F.. *As faces do livro de leitura*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. *Anais...* Natal: CBHE, 2002.
- PANIZZOLO, C. *A propagação dos modernos preceitos pedagógicos: materiais, métodos e práticas nas escolas paulistas em fins do século XIX*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2013.
- PANIZZOLO, C. *João Köpke e a escola republicana; criador de leituras, escritor da modernidade*. 2006. Tese de doutoramento. PUC-SP.

PANIZZOLO, C.; ABREU, G. S. A. Civilizar para a leitura, civilizar pela leitura: um estudo sobre os livros de leitura de João Köpke. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, v. 58, p. 1899- 1907, 2012.

PFROMM NETO, S.; ROSAMILHA, N.; DIB, C. Z. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974.

REVEL, J. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, P., CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.169-210.

SOUZA, R. F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VERÍSSIMO, J. *A educação nacional*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VILLELA, H. *Construtores de uma pedagogia “à brasileira”*: Felisberto de Carvalho e Francisco Alves, um encontro gerador. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFF, 2004.

WARDE, M. J. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5, p. 125-68, jan./jul. 2003.